

**ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Aos vinte e sete do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às onze horas, no Palácio Petrônio Portella, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, presentes os senhores deputados: Doutor Gil Carlos, Doutor Hélio, Evaldo Gomes, Gracinha Mão Santa, Gustavo Neiva, Hélio Rodrigues, Henrique Pires, Oliveira Neto, Severo Eulálio, Tiago Vasconcelos, Warton Lacerda e Wilson Brandão; ausentes os senhores deputados: Aldo Gil, Bárbara do Firmino, Doutor Felipe Sampaio, Elisângela Moura, Fábio Novo, Franzé Silva, Hélio Isaías, Marden Menezes e Ziza Carvalho; e justificadas as ausências dos senhores deputados: Ana Paula, Dogim Félix, Doutor Marcus Vinícius Kalume, Doutor Vinícius, Francisco Limma, Gessivaldo Isaías, João Madison, Rubens Vieira e Vanessa Tapety; realizou-se a **OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, presidida, respectivamente, pelos senhores deputados Severo Eulálio e Tiago Vasconcelos; e secretariada pelos senhores deputados: Wilson Brandão e Gracinha Mão Santa. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Constou da leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem retificação, além das seguintes matérias: **2 (DOIS) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA: de nº 248/25**, de autoria do senhor deputado Tiago Vasconcelos, que “Inclui garantias à criança com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento no ambiente escolar”; e **de nº 249/25**, de autoria da senhora deputada Gracinha Mão Santa, que “Autoriza a instituição do Programa Educacional ‘Diga não à adultização nas redes sociais’, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, para conscientizar crianças e adolescentes sobre os riscos no uso e exposição excessiva à internet e dá outras providências”; e **2 (DOIS) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO: de nº 72/25 e nº 73/25**, de autoria do senhor deputado Aldo Gil, respectivamente, que “Dispõe sobre a atribuição do Título de Cidadão Piauiense ao Senhor Paulo Vieira”; e que “Dispõe sobre a atribuição do Título de Cidadã Piauiense à Senhora Kelly Gonçalves”; e **1 (UM) OFÍCIO** da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí, encaminhando prestação de contas da Secretaria de Estado da Justiça e do Fundo Penitenciário do Estado do Piauí, referente ao mês de julho de 2025. **PEQUENOS AVISOS.** Os senhores deputados **Doutor Hélio e Doutor Gil Carlos** repercutiram o assassinato do vereador Thiciano Ribeiro e da guarda municipal Penélope Brito, da cidade de Parnaíba. **O**

senhor deputado Henrique Pires denunciou campanhas extemporâneas e compra de votos na região norte do estado, cobrando das autoridades competentes uma investigação para coibir esse tipo de prática. **E o senhor deputado Warton Lacerda** solicitou à diretoria da empresa Águas do Piauí a regularização do abastecimento de água na cidade de Altos e adjacências. **GRANDE EXPEDIENTE. O senhor deputado DOUTOR GIL CARLOS** defendeu regras para normatizar as campanhas políticas nas próximas eleições, visando evitar abusos do poder econômico e propagandas inoportunas. Posteriormente, registrou visitas aos municípios de São João do Piauí, Oeiras e Monsenhor Gil, onde participou, respectivamente, da assinatura de ordem de serviço para a construção de um Centro de Apoio Psicossocial, além de festividades locais. **A senhora deputada GRACINHA MÃO SANTA** lamentou o assassinato do vereador Thiciano Ribeiro e da comandante da guarda municipal Penélope Brito. Na oportunidade, fez uma reflexão sobre as práticas que desagradam os princípios religiosos e, em seguida, externou sua solidariedade aos amigos e familiares das vítimas. **Em ato contínuo**, o senhor presidente, na oportunidade, deputado Tiago Vasconcelos, solidarizou-se com o pronunciamento da oradora. **E nada mais havendo a tratar**, encerrou a sessão, do que, para constar, foi redigida e digitada a presente ata pelo setor de Redação de Atas, a qual, depois de lida, achada conforme, aprovada pelo Plenário, é inserida no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e arquivada pela Coordenação de Registros Legislativos.//